

Sob a vigência do AI-5, “cepalinos” criam núcleo crítico da política econômica do regime militar

CLAYTON LEVY
clayton@unicamp.br

“Cepalinos”, “estruturalistas” ou desenvolvimentistas. Seja qual for o apelido pelo qual ficaram conhecidos (nem todos lisonjeiros), a safra de economistas que prosperou na Unicamp a partir dos anos 1970, substituindo os Delfins e os Simonsens, consolidou uma das principais escolas do pensamento econômico no Brasil, acirrando o debate sobre várias questões, entre as quais o papel do Estado na economia e as possibilidades de desenvolvimento das economias periféricas, especialmente a brasileira.

Do ponto de vista teórico, o conflito pode ser conferido nos próprios compêndios, bastando confrontar Milton Friedman e John Maynard Keynes. O primeiro é o papa dos chamados “monetaristas”. O outro, acompanhado por Michal Kalecki, Karl Marx e Joseph Schumpeter, estabeleceu as bases do pensamento da escola de Campinas - a partir da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) - que adquiriu forma acabada em Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo, José Serra e Wilson Cano, entre outros. Todos, por sinal, integrantes do grupo que daria origem, em 1984, ao Instituto de Economia (IE) da Unicamp.

Não é por acaso que os chamados “heterodoxos”, conhecidos por suas críticas à “Escola de Chicago”, estiveram no eixo das decisões de sucessivos governos nas décadas de 1980 e 1990, chegando até os dias de hoje em diferentes estamentos da administração pública. Desde o Plano Cruzado, de José Sarney até o Fome Zero de Luiz Inácio Lula da Silva, o IE firmou-se, com folga, como maior fornecedor de quadros da Unicamp para a formulação de políticas públicas. Além de João Manuel, Belluzzo e Cano, passaram pela unidade - ou ainda estão lotados nela - nomes como José Serra, Paulo Renato Costa Souza, Barjas Negri, Walter Barelli, José Graziano da Silva, Antonio Kandir, Aloizio Mercadante, Carlos Américo Pacheco, Ricardo Carneiro, José Carlos Braga, Luciano Coutinho, Márcio Pochmann e o atual diretor do IE, Márcio Percival Alves Pinto, entre outros.

Independentemente do alinhamento político partidário, todos eles moldaram sua atuação na mesma matriz: tratar essa área do conhecimento enquanto objeto da economia política, cujo objetivo é entender o processo de produção e distribuição da riqueza, bem como as classes sociais estão articuladas nesse processo. Para isso, a metodologia adotada apóia-se em três pilares: na teoria, na história e pesquisa sobre situações concretas.

Política alternativa - Desde a constituição, em 1968, do Departamento de Economia e Planejamento Econômico (Depe) - embrião do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e, posteriormente, do IE - a equipe já pensava a economia como uma ciência humana e não um ramo das exatas. Já naquela época a preocupação inicial era construir uma política econômica alternativa ao padrão de crescimento que vinha sendo implementado pelo regime militar. Para isso, toda a agenda acadêmica estava colada à agenda da sociedade.

A massa crítica fundadora do Depe formou-se a partir de um curso de Planejamento e Desenvolvimento Econômico organizado em São Paulo pela Cepal, em 1965. De um lado, como professores, estavam Wilson Cano, Ferdinando Figueiredo e Lucas Gamboa. Do outro, entre os alunos, figuravam João Manuel, Belluzzo, Carlos Eduardo do Nascimento e Osmar Marchese. No curso intensivo de quatro meses, em tempo integral, o debate saía da sala de aula e continuava nas mesas de bar, regado

João Manuel Cardoso de Mello: passando por curso intensivo de 4 meses da Cepal, com debates que extrapolavam a sala de aula



Foto: Antoninho Perri



Wilson Cano: integrante da massa crítica que fundou o Departamento de Economia e Planejamento Econômico, embrião do IFCH e do IE

A escola que pensa a economia com uma ciência humana

a chope e pastel. Nelas, os problemas econômicos do Brasil eram esmiuçados e projetos esboçados.

Um dos projetos consistia na criação de uma nova *Escola de Economia*, sem fins lucrativos, capaz de enfrentar a má qualidade da maioria dos cursos então ministrados no país. Na visão do grupo, havia baixa capacidade crítica para o exame da realidade nacional, ausência de interdisciplinaridade e alienação teórica e política. O plano inicial, acalentado pelos professores da Cepal, era montar a nova escola no Rio de Janeiro ou em São Paulo. O surgimento da Unicamp, porém, mudaria o endereço do projeto, remetendo-o ao interior do Estado.

Ideologias à parte - Curiosamente, a formação do novo núcleo foi articulada por personagens de matizes ideológicos opostas. Em meados da década de 1960, o então prefeito de São Paulo, brigadeiro Faria Lima, que apesar de militar tinha laivos de progressista, formou um gabinete de esquerda. Nomeou como secretário de Educação o filósofo Fausto Castilho, cujo chefe de gabinete era Belluzzo. Ambos ex-alunos do curso da Cepal. Em 1967, Zeferino Vaz, que havia apoiado o golpe militar de 1964, delegou a Castilho, com o apoio de Faria Lima, a tarefa de formar a área de humanas da Unicamp. Castilho não pensou duas vezes. Chamou o grupo da Cepal e criou o Depe.

Para os economistas da Cepal o convite chegava na hora certa. Além do antigo desejo de formar uma escola com espírito crítico, pesou na decisão o contexto político da época. Tida como um “ninho de esquerdistas”, a Cepal estava há muito na mira dos militares. Com o escritório na capital carioca prestes a fechar, a única alternativa para seus integrantes era transferir-se para a sede da organização em Santiago do Chile, onde já estavam desde 1965 Conceição

Tavares, Carlos Lessa e José Serra. Cano, Gamboa e Figueiredo preferiram ficar. Uniram-se a João Manuel, Belluzzo, Marchese e Nascimento, e formaram o Depe em Campinas.

A vinda dos cepalinos para o interior de São Paulo não passou despercebida. Cano, que se atreveu a convidar outros colegas do Rio, ouviu mais de uma vez frases embebidas num misto de espanto e deboche: “Esse tal de Zeferino está querendo montar uma universidade no interior, é loucura”. Zeferino, por sua vez, recebia críticas dos militares: “Você está formando um antro de comunistas”. E rebatia: “São comunistas mas são competentes”.

Início no galpão - O grupo começou a chegar no começo de 1968 e, no segundo semestre do mesmo ano, ofereceu o primeiro curso de Planejamento Econômico. Como não havia lugar no campus - à época pouco mais que um canal no bucólico distrito de Barão Geraldo - os cepalinos tiveram de se contentar com um galpão que Zeferino mandara adaptar no Colégio Bento Quirino, no centro da cidade. Bem ou mal, o Depe estava definitivamente implantado, iniciando o processo que consolidaria a área de humanidades na Unicamp e, dentro dela, o Instituto de Economia.

Em breve, alguns cursos da Cepal, até então dados apenas no Chile, passaram a ser oferecidos pela Unicamp, numa iniciativa inédita no país. Em plena vigência do AI-5, a Universidade investia no espírito crítico. Ao mesmo tempo, os cepalinos tinham a cautela de não fazer panfletagem. Mesmo porque isso Zeferino não admitia: “O dia em que a política entrar pela porta da frente, a ciência vai sair pelas janelas do fundo”, pregava o reitor. E insistia na produção de pesquisa: “Não basta à universidade só transmitir conhecimento; é preciso tam-



Luciano Coutinho: heterodoxo ainda lotado no Instituto de Economia



Maria da Conceição Tavares (com João Sayad), do grupo que deu origem ao IE

bém produzi-lo”.

Com a implantação da graduação no início da década de 1970, o grupo originalmente composto de oito professores começou a se ampliar. Chegaram Carlos Lessa, Conceição Tavares, Antonio Barros de Castro, José Serra, Luciano Coutinho e Paulo Renato Costa Souza. Muitos deles haviam passado como professores ou alunos pelo Programa Latino-Americano para graduados em Economia, na Universidade do Chile, mais conhecida como “Escolatina”.

Ainda no Chile, Conceição Tavares e Serra, que haviam se transferido para o exterior logo após o golpe de 1964, integraram um grupo de economistas formado não só por brasileiros, cuja preocupação central, além de criticar o modelo conservador, era repensar a teoria da própria Cepal, fazê-la avançar e tentar explicar as economias latino-americanas. É com esse espírito que o Depe se consolidaria nos anos 70.

Dentro do governo - Com o curso em alta, não demorou muito para o Depe “exportar” os primeiros quadros. No início de 1971, João Manuel e Belluzzo foram atraídos pelas idéias desenvolvimentistas do secretário da Fazenda do governo Ariberto Sodrê, o empresário Dilson Funaro. Em tempos de “milagre econômico”, Funaro acreditava que o governo também poderia produzir riqueza a partir da atuação dos bancos públicos no estímulo ao crescimento industrial. João Manuel e Belluzzo não hesitaram. Aceitaram o convite e passaram a assessorar Funaro na Secretaria da Fazenda.

Para Zeferino, que vinha enfrentando problemas com o governo Sodrê, o arranjo era providencial. Agora ele tinha dois de seus homens com os pés fincados no gabinete onde se definia a destinação dos investimentos no Estado. Quinze anos depois, João Manuel e

Belluzzo voltariam à cena, desta vez no plano federal. Funaro, agora ministro da Fazenda, chamaria os dois para integrar a equipe responsável pela formulação do Plano Cruzado, anunciado pelo então presidente José Sarney em 28 de fevereiro de 1986, uma sexta-feira.

Entre as passagens de Belluzzo e João Manuel pelos governos estadual e federal, outros quadros do IE ocupariam cargos no poder. Em boa parte, essa tendência tinha a ver com a consolidação do Instituto enquanto formulador de políticas públicas. Inúmeros estudos desenvolvidos pelos pesquisadores acabaram subsidiando medidas governamentais no campo da agricultura, relações sindicais e de trabalho, finanças, relações internacionais, e ciência e tecnologia, entre outras. Essa produtividade está diretamente relacionada ao início da pós-graduação em 1974, com o curso de mestrado.

Escola Crítica - Àquela altura o grupo já era conhecido como a “Escola Crítica de Campinas”, constituindo uma referência aos outros centros heterodoxos no Brasil. Nos anos 80, as publicações e teses produzidas materializam uma verdadeira síntese do debate a respeito da economia brasileira. O desafio, agora, é consolidar a síntese dos anos 90, através da análise sobre as principais mudanças estruturais na economia do Brasil pós-globalização (na área financeira, industrial, institucional, agrícola, patrimonial, nas relações internacionais, entre outras) e construir políticas alternativas que conduzam efetivamente ao desenvolvimento capitalista no país. Para o atual diretor do IE, Márcio Percival, estas são as metas da nova agenda do desenvolvimento, as quais têm de ser enfrentadas sem repetir os valores ligados ao processo desenvolvimentista dos anos 50. É o que os pesquisadores do IE tentarão realizar nos próximos anos.



Paulo Renato Costa Souza, que se tornou reitor e reforçou os quadros do governo